



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO
DE ESTADO DA ENERGIA

Ofício n.338
Data: 20-01-2017

DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E
GEOLOGIA



Exmo. Senhor
Diretor-Geral de Energia e Geologia
Av. 5 de Outubro, 208
1069-203 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Informação DGEG N.º
024/2017

SUA COMUNICAÇÃO DE
17-01-2017

NOSSA REFERÊNCIA
ENT.: 524/2017
PROC. Nº: 02.04.23/17

DATA

ASSUNTO: Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do Sistema Elétrico Nacional 2017 - 2030 (RMSA-E 2016)

Encarrega-me S.E. o Secretário de Estado da Energia de devolver a V. Exa a informação em referência, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, na qual exarou o seu Despacho de 2017.01.18, que se transcreve:

“ Aprovado, nos termos do meu despacho de 2016.12.29 que anexo.

Ass) Jorge Seguro Sanches

2017.01.18”

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Paulo Mauritti

Anexo: O mencionado



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Direção Geral
de Energia e Geologia

*Aprovado, em termos
do seu despacho
de 2016.12.28 (4)
cujo ítem*

Informação DGEG N.º: 024/2017

Data: 17-01-2017

Despacho SEE

Visto. Concorde com o proposto.

À consideração superior.

2017.01.18

Secretário de Estado da Energia
Jorge Seguro Sanches

A Diretora de Serviços de Planeamento Energético
e Estatística

Maria Luísa Basílio
(Maria Luísa Basílio)

Visto.

Nos termos do disposto no artigo 32º do Decreto-Lei nº 215-B/2012 de 8 de outubro, apresenta-se em anexo à presente informação, para aprovação, a versão final revista do RMSA-E 2016 para o período 2017-2030.

O documento foi revisto, de acordo com o disposto no despacho do Sr. SEEn, nos termos enunciados na presente informação.

Após a sua aprovação, e nos termos da legislação em vigor, a DGEG deve proceder à disponibilização no seu site e dar conhecimento do RMSA-E à Comissão Europeia e à ERSE.

À consideração superior do Sr. SEEn,

Carlos Almeida

Carlos Almeida

Diretor-Geral
Carlos Almeida
Diretor-Geral

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA ENERGIA

ENTRADA *524* DATA *18.1.17*
CLASSIFICAÇÃO *02.04.23/17*

Assunto: Relatório de Monitorização da Segurança de
Abastecimento do Sistema Elétrico Nacional 2017-
2030 (RMSA-E 2016)

Informação N.º: 4/DSPEE/2017

Classificação: 13.1/PL.1.6

Data: 11 de janeiro de 2017



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



**Direção Geral
de Energia e Geologia**

Em aditamento às informações DGEG nº. 503/2016 de 14 de dezembro e nº. 7/2017 de 5 de janeiro, e na sequência do despacho do Sr. SEEn exarado sobre a informação DGEG nº503/2016 de 14 de dezembro, procedeu-se à revisão do documento RMSA-E 2016.

De acordo com o disposto no despacho do Sr. SEEn, a aprovação do RMSA-E 2016 é condicionada a uma série de revisões. Sobre as revisões solicitadas no citado despacho cumpre informar:

▪ ***A reavaliação (em curso) do Plano Nacional de Barragens:***

As projeções de evolução da oferta do RMSA-E 2016 já incluem as alterações previstas na revisão do PNBEPPH determinada pelo Governo. Assim, e no que respeita à grande hídrica, não foram considerados os aproveitamentos do Alvito e de Girabolhos e considerou-se o adiamento para 2026 do Fridão, tal como consta das tabelas incluídas no relatório. Quanto às mini-hídricas ver ponto seguinte.

▪ ***O desenvolvimento de mini-hídricas (nos termos do concurso de 2010):***

Ao nível das mini-hídricas, os cenários de oferta do RMSA-E 2016 consideram apenas a entrada em funcionamento de 4 MW que correspondem a processos atualmente em licenciamento. Dessa forma, cumpre-se com o estabelecido na revisão do PNBEPPH que revoga "Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de setembro, de modo a garantir o não lançamento de novo procedimento para os 100 MW adicionais considerando ainda rever a potência a instalar (250 MW) prevista na referida Resolução, mantendo os processos concursados como previsto"

▪ ***O facto de Portugal ter o território da UE com maior numero de horas de exposição solar e bastante vento, atraindo projetos de centrais solares e/ou eólicas cuja quota de renováveis se destine a outros estados membros:***

As projeções de evolução da oferta consideram a entrada de 1 317 MW de nova capacidade solar no horizonte 2020 (PV, PV – Produção distribuída e CPV), valor este que corresponde à capacidade que se encontra licenciada e em licenciamento, e até à capacidade disponível. A este valor acrescem 499 MW de capacidade já instalada o que totaliza um valor previsto de potência instalada de 1816 MW em solar fotovoltaico em 2020. Relativamente à meta do PNAER para 2020, que é de 670 MW, este valor representa um aumento de 1146 MW. .

▪ ***Eliminação do ponto 5.2.***

Documento revisto em conformidade.

27



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Direção Geral
de Energia e Geologia

- ***Revisão do ponto 9., consagrando-se que o encerramento da central de Sines introduz desafios operacionais cujas soluções devem ser articuladas com o operador da rede de transporte:***

Ponto revisto em conformidade.

- ***Mobilidade elétrica. Os números respeitantes à evolução do parque de veículos eletricos devem ter por base um método mais robusto e atualizado:***

O único documento orientador nesta matéria é o PNAER (RCM nº. 20/2013), que no que se refere à mobilidade eléctrica assenta num estudo do INESC Porto de 2012 tal como mencionado nos pressupostos em Anexo 1 do relatório. Contrariamente ao que acontecia anteriormente, em que se considerava o cenário inferior, optou-se por considerar o cenário central, e as projeções para os primeiros anos foram revistas de forma a considerar a evolução mais recente nas vendas de veículos elétricos, de acordo com os dados disponibilizados pela ACAP

Importa referir que atualmente a mobilidade elétrica está na esfera do Ministério do Ambiente.

- ***Instalações de energia fotovoltaica. São apenas considerados os projetos já licenciados ou que deram entrada para licenciamento. Considera-se importante que a evolução da capacidade fotovoltaica tenha em consideração a estratégia de política energética que prevê o fomento desta tecnologia em Portugal:***

As projeções de evolução da oferta consideram a entrada de 1 317 MW de nova capacidade solar no horizonte 2020 (PV, PV – Produção distribuída e CPV), valor este que corresponde à capacidade que se encontra licenciada e em licenciamento, e até à capacidade disponível . A este valor acrescem 499 MW de capacidade já instalada o que totaliza um valor previsto de potência instalada de 1816 MW em solar fotovoltaico em 2020. Relativamente à meta do PNAER para 2020, que é de 670 MW, este valor representa um aumento de 1146 MW.

- ***O desenvolvimento das interligações e a inclusão da interligação com Marrocos:***

O desenvolvimento das interligações encontra-se descrito na secção 5.1.1. do RMSA. Quanto à interligação com Marrocos, desconhecendo-se ainda os detalhes técnicos deste projeto, não é para já possível incluir potenciais impactos no RMSA-E 2016. Tentaremos esta inclusão já no RMSA-E 2017, cujos trabalhos serão iniciados em breve.

Ainda quanto à interligação com Marrocos, refira-se o lançamento do procedimento concursal que tem por objeto a realização de um estudo de viabilidade relativo a uma interligação elétrica entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos, com especial incidência na oferta e na procura dos sistemas elétricos de ambos os países, custos de investimento e exploração, traçado e capacidade da interligação, enquadramento legal e regulatório, riscos do projeto, formas de remuneração e de financiamento, soluções técnicas, necessidade de reforço de redes e forma de contratualização da implementação da interligação.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



Direção Geral
de Energia e Geologia

Face ao exposto, junto se anexa a versão final revista do RMSA-E 2016 nos termos atrás enunciados, para envio a sua Ex^a o Sr. Secretário de Estado da Energia para aprovação.

À consideração superior.

Direção de Serviços de Planeamento Energético e Estatística

A Chefe de Divisão de Planeamento e Segurança de Abastecimento


(Manuela Seixas Fonseca)

Anexo: Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do SEN - RMSA-E 2016 (2017-2030) – versão final revista



Despacho

- 1. Tenho presente a informação DGEG N° 503/2016 de 14-12-2016 sobre a qual despacho:**

Visto com muito apreço. Aprovo condicionado às seguintes revisões consideradas no programa do governo:

- a) A reavaliação (em curso) do Plano Nacional de Barragens;
- b) O desenvolvimento de mini-hídricas (nos termos do concurso de 2010);
- c) O facto de Portugal ter o território da UE com maior número de horas de exposição solar e bastante vento, atraindo projetos de centrais solares e/ou eólicas cuja quota de renováveis se destine exclusivamente a outros Estados membros (designadamente por via do reforço das interligações);

- 2. Deverá ainda ser tido em conta:**

- i. A eliminação da seção 5.2, a qual se debruça sobre investimentos da RNT. Tais considerações deverão ser vertidas no âmbito do PDIRT. Do mesmo modo, o ponto 9 do capítulo “Considerações Finais” deverá ser revisto, consagrando-se que o encerramento da central de Sines introduz desafios operacionais, cujas soluções deverão ser articuladas com o operador da rede de transporte.
- ii. Mobilidade elétrica. Os números respeitantes à evolução do parque automóvel de veículos elétricos devem ter por base um método mais robusto e actualizado.
- iii. Instalações de energia fotovoltaica. São apenas considerados que os projetos já licenciados ou que deram entrada para licenciamento até 2016. Considera-se importante que a evolução da capacidade fotovoltaica tenha em consideração a estratégia de política energética que prevê o fomento desta tecnologia em Portugal.
- iv. O desenvolvimento das interligações (de acordo com a programação) e a inclusão da interligação com Marrocos.



3. Para o futuro devem ser considerados:

- i. Para o RMSA-E 2018
No âmbito da realização do próximo RMSA-E, a DGEG deverá introduzir novas metodologias de previsão, nomeadamente em relação ao consumo e à evolução do número de veículos eléctricos.
Deverá ainda ser promovida a interção com Espanha, bem como a previsão da interligação com o Reino de Marrocos, por forma a que o RMSA-E possam ser fundados em informação e baseados em metodologias e pressupostos comuns similares.
- ii. No Planeamento do sistema para o pós-2025, a DGEG deverá promover a organização de um livro branco ou documento orientador por forma a preparar o sistema para os desafios decorrentes do descomissionamento das diferentes centrais térmicas. Devido à evolução tecnológica, e aos desafios ambientais e económicos considera-se ser importante preparar nesta fase o sistema eléctrico do futuro.

O Secretário de Estado da Energia

Jorge Filipe
Teixeira Seguro
Sanches

Assinado de forma
digital por Jorge Filipe
Teixeira Seguro Sanches
Dados: 2016.12.29
17:13:31 Z

Jorge Seguro Sanches